



Outros instrumentos
de informação

Campanha para a melhoria das condições de trabalho na pesca

Programa enquadrador



Catlogação Recomendada

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DO TRABALHO

Campanha para a melhoria das condições de trabalho na pesca : programa enquadrador / Autoridade para as Condições do Trabalho ; coord. Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva e Direção de Serviços para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho. – Lisboa : ACT, 2014. – 30 p. ; 30 cm.

Indústria da pesca / Campanhas de segurança e higiene / Prevenção de riscos profissionais / Condições de trabalho / Dados estatísticos / Planos de ação / Programas de formação / Portugal

AUTOR

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

COORDENAÇÃO

DSAAI - Direção de Serviços de Apoio à Atividade Inspetiva

DSPSST - Direção de Serviços para a Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho

COMPOSIÇÃO

DID – Divisão de Informação e Documentação

EDITOR

ACT - Autoridade para as Condições do Trabalho

EDIÇÃO

Lisboa, maio de 2014

Índice

Índice.....	2
1. Porquê o setor da pesca?	3
1.1. Breve caracterização socioeconómica setorial.....	4
1.1.1.O impacto do setor da pesca na economia nacional.....	4
1.1.2. Estruturas organizativas das pescas	7
1.1.3. As “empresas” e a estrutura do emprego	7
1.2. Os recursos humanos	10
1.3. Os riscos profissionais.....	12
2. Enquadramento	13
2.1. A perspetiva da prevenção dos riscos profissionais.....	14
2.2. O diálogo social, a concertação estratégica e a rede de prevenção dos riscos profissionais	15
3. A campanha para a melhoria das condições de trabalho na pesca.....	17
3.1. A oportunidade da iniciativa	17
3.2. Objetivos da campanha	18
3.3. Organização e desenvolvimento da campanha	19
3.3.1. Direção	19
3.3.2. Âmbito geográfico	19
3.3.3. Destinatários	19
3.3.4. Desenvolvimento.....	20
4. Cronograma das atividades	21
5. Programa de ação	22
Anexo	23
Resumo	30
Résumé	30
Abstract	30

1. Porquê o setor da pesca?

Portugal tem mais de 800 km de costa com a plataforma continental numa zona de transição para ecossistemas mais quentes, o que se traduz por uma elevada diversidade de pescado, mas uma relativa pouca abundância de cada espécie. Os principais recursos explorados pela frota portuguesa, no Continente, são os pequenos pelágicos como a sardinha, o carapau e a cavala, mas os mais importantes em termos económicos são os demersais como o polvo, a pescada, a gamba e o choco.¹

Na pesca, enquanto setor económico, são evidentes algumas características particulares, tais como a vigência de regras particulares de acesso à profissão e embarque, o emprego de artes de pesca e processos de trabalho muito diversos e específicos para a obtenção das diferentes espécies piscícolas, pressupostos de materialização de características intrínsecas de segurança estrutural das embarcações e o uso de equipamentos eletrónicos a bordo por imperativos de segurança marítima.

Finalmente avulta também, um risco acrescido de produção de acidentes resultante de a sua operação desenvolver-se em embarcações de pesca, que por natureza são plataformas móveis sujeitas ao movimento das ondas, às condições atmosféricas e, ainda, afastadas de meios de socorro rápidos.

¹ DGRM. (2014). *Costa Continental Portuguesa (IX)*. Retrieved Janeiro 17, 2014, from Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos: <http://www.dgrm.min-agricultura.pt/>

1.1. Breve caracterização socioeconómica setorial

O Instituto Nacional de Estatística, IP publica uma edição anual de Estatísticas da Pesca, tendo editado em Maio de 2013, o volume relativo as *Estatísticas da Pesca de 2012*, produzidas pelo INE em articulação técnica com a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM). Os dados aí sistematizados permitem obter um retrato atual e abrangente do sector da pesca nacional, em assuntos tão diversos como descargas e capturas de pescado, mercado dos produtos da pesca e estruturas organizativas, frota de pesca, número de pescadores matriculados, indústria transformadora da pesca e aquicultura, comércio internacional do sector da pesca e atividades correlacionadas, e dados estatísticos relativos aos “stocks” e níveis de exploração.²

A pesca possui uma característica intrínseca de aleatoriedade perante a variabilidade dos recursos e a ausência de direitos de posse sobre recursos que são por natureza móveis e comuns, conduzindo a um padrão sociocultural diferente do dos agricultores, pastores e trabalhadores assalariados que partilham o mesmo grupo do CAE em que se encontra inserida a atividade económica.

A complexidade e dificuldade das tarefas no oceano exigiram sempre aos seus trabalhadores dedicação absoluta e um elevado grau de especialização. Esta vivência materializou-se na formação de comunidades litorais voltadas para o oceano, com os seus costumes e formas de vida próprios, diferentes e estranhos para as comunidades do interior.³

1.1.1.0 impacto do setor da pesca na economia nacional

A atividade económica da pesca encontra-se, desde 2008, após a revisão 3 da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, agrupada no sector primário da Secção A – Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca), o que para algumas fontes estatísticas torna a análise deste setor mais problemática.

² INE. (2013). *Estatísticas da Pesca 2012*. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa

³ Quintino, I. (2013). *Acidentes de Trabalho na actividade pesqueira: avaliação por segmento de pesca em 3 comunidades do continente*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

O pescador caracteriza-se pela(s) atividade(s) que desempenha num espaço que inclui os estuários e sistemas lagunares, a plataforma continental (paralela à costa, numa extensão que oscila entre o 8 e os 70 km) e uma área até 200 milhas⁴. Com a riqueza piscícola pouco favorável, tendo em conta a dimensão reduzida da plataforma continental, os pescadores portugueses, desde os séculos XIV e XV, procuraram outras áreas de pesca mais favoráveis aventurando-se por mares mais distantes, do norte de África a Inglaterra e aos bancos da Terra Nova. Segundo o EUROSTAT (2009)⁵, os navios da frota pesqueira portuguesa operam em todas as áreas de pesca (Atlântico Noroeste, Nordeste, Sudoeste e Sueste, Mediterrâneo, Atlântico Central Este e Índias Ocidentais).

A evolução recente da pesca em Portugal, analisada em termos das capturas de pescado, demonstra particularidades do sector da pesca no contexto da Europa e do Mundo. No contexto Europeu, quatro países membros (Dinamarca 17%, Espanha 15%, Reino Unido 12% e França 9%) representam mais de 52% das capturas. Tendo Portugal uma posição modesta (4%), abaixo da Irlanda (6%) e Países Baixos (5,8%) e em paralelo com a Alemanha (4,7%), Itália (4,7%) e Suécia (4,3%).⁶

No entanto, Portugal, pelo consumo médio de pescado (quadro 1), quando comparado com os níveis de captura e produção, apresenta um balanço extremamente deficitário entre as exportações e importações, com um défice, em 2012 de cerca de 752 milhões de euros.⁷

Anos	Portugal	Europa
2001	54,9	20,0
2002	54,7	19,5
2003	52,6	19,8
2004	53,6	19,5
2005	53,5	20,6
2006	56,2	21,3
2007	61,4	22,2
2008	61,2	22,3
2009	61,1	21,9

Quadro 1: Consumo médio de peixe e produtos da pesca (Kg/per capita)⁸

⁴ Amorim, I. (2001). Trabalho e Ocupações no Sector das Pescas - Esboço de conhecimentos e proposta para um sistema de classificação e de investigação histórica. In N. Madureira, & I. Amorim, *História do Trabalho e das Ocupações* (Vols. II - Sector das Pescas). Lisboa.

⁵ EUROSTAT.(2009). *Fishery Statistics: 1995-2008*.

⁶ EUROSTAT (2009)

⁷ DGRM. (2013). *Balança Comercial dos produtos da Pesca*. Lisboa: Direção Geral dos Recursos Naturais Segurança e Serviços Marítimos.

⁸ FAO. (2013). *Consumption of Fish and Fishery Products*. Retrieved Setembro 16, 2013, from Food and Agriculture Organization: <http://www.fao.org/fishery/statistics/global-consumption/en>

As capturas de pescado fresco e refrigerado diminuíram em volume, cerca de 7,9%, e em valor, cerca de 1,6%, relativamente a 2011, tendo sido descarregadas, entre portos nacionais e não nacionais, 191.593 toneladas (peso à descarga, incluindo a totalidade das retiradas e rejeições).

Quando analisadas as capturas em termos de artes de pesca verifica-se que em 2012 a pesca polivalente manteve a preponderância em termos de capturas (46,5%), seguindo-se o cerco (44,0%) e por último o arrasto (9,6%).

O preço médio anual de descarga de pescado aumentou de 1,67 €/Kg em 2011 para 1,81 €/Kg em 2012. Deste modo o preço médio anual da descarga teve, em termos nacionais, uma subida de 0,14 €, o que significa um aumento de 8,1% em relação a 2011. A subida do preço médio do pescado (+10,8%) foi determinante para este resultado.

Os números mais gerais indicam que as atividades de pesca polivalente e de cerco, realizadas por embarcações da frota costeira, são as predominantes (quadro 2).

Portos de Descarga		Pesca polivalente		Pesca de arrasto		Pesca de cerco		Pesca descarregada e Espanha e Mauritània		TOTAL	
		t	1000 Euros	t	1000 Euros	t	1000 Euros	t	1000 Euros	t	1000 Euros
Portugal	2011(a)	78.523	201.941	13.854	34.975	71.859	48.964	152	864	164.388	286.744
	2012(a)	70.301	189.907	14.456	36.224	66.585	55.176	243	1.174	151.586	282.481
Continente		51.166	139.618	14.456	36.554	66.585	55.176	243	1.174	132.451	232.192
Norte		9.450	23.204	1.233	1.890	20.797	19.834			31.480	44.927
Centro		15.542	46.111	8.185	16.916	18.929	14.275			42.655	77.302
Lisboa		10.687	32.121	1.089	1.691	13.763	7.482			25.540	41.294
Alentejo		2.558	6.171	721	357	5.664	6.492			8.942	13.020
Algarve		12.930	32.011	3.228	15.371	7.433	7.094	243	1.174	23.834	55.649

Quadro 2: Capturas nominais por NUT II e segmento de pesca 2012⁹

(a) Não inclui retiradas e rejeições

⁹ INE, *Estatísticas da Pesca*, 2012

1.1.2. Estruturas organizativas das pescas

Neste sector as organizações de produtores (OP) são uma componente fundamental da organização comum de mercado (OCM) dos produtos da pesca e da aquicultura, uma vez que é através destas que o sector procura organizar e estabilizar o mercado. A DGRM é a entidade que procede ao reconhecimento ou à retirada do reconhecimento das OP, em Portugal.

Existem 15 organizações de produtores (OP) dos produtos de pesca reconhecidas em 2012 no território português, 12 sediadas ao longo da costa continental, 2 na Região Autónoma dos Açores e 1 na Região Autónoma da Madeira.

Em 2012, 33% das 4.653 das embarcações licenciadas para operar com uma determinada arte de pesca (1.525) pertenciam a organizações de produtores (OP), correspondendo a 98% das descargas de sardinha e 85,4% da cavala em portos nacionais.

Existem, também, cerca de 55 associações de pesca, localizadas nos principais portos de pesca nacionais e que agrupam o sector de acordo com as artes e a classificação das embarcações e licenças de pesca.

1.1.3. As “empresas” e a estrutura do emprego

A frota de pesca encontra-se distribuída por 45 portos de registo (capitanias e delegações marítimas), dos quais 32 estão situados no Continente, 11 na região Autónoma dos Açores e 2 na Região Autónoma da Madeira.

A população empregada com atividade económica na pesca e aquicultura, de acordo com os resultados do Censos 2011, era de 13 156 indivíduos, cerca de 0,3% da população empregada em Portugal. Em termos evolutivos, face ao Censos 2001, o emprego diminuiu 18% nesta atividade económica.

A maior parte da população empregada na atividade da pesca e aquicultura trabalha por conta de outrem (69,1%), seguindo-se, com 15,9% os patrões e com 13,3% os trabalhadores por conta própria.

Os pescadores matriculados correspondem, na sua maioria, à pesca polivalente, cerca de 73,8%, dos pescadores totais inscritos no território continental (quadro 3).

Portos	Pescadores matriculados em 31 de dezembro				Embarcação com motor			Embarcação sem motor	
	Águas interiores não marítimas	Águas marítimas			Total	Capacidade	Potência do Motor	Total	Capacidade
		Pesca polivalente	Pesca do arrasto	Pesca do cerco					
	N.º				GT	kW	N.º	GT	
Portugal	1.769	11.473	1.254	1.906	6.825	100.632	371.579	1.555	942
Continente	1.769	8.492	1.254	1.753	5.806	86.094	299.929	1.306	824
Norte	475	2.822	317	832	1.308	22.234	81.715	102	78
Centro	862	1.684	595	392	1.528	39.446	88.536	466	296
Lisboa	205	1.322	94	210	1.185	9.246	46.972	479	273
Alentejo	0	611	45	8	177	2.304	11.732	39	17
Algarve	227	2.053	203	311	1.608	12.863	70.975	220	161

Quadro 3 - Pescadores matriculados e embarcações de pesca por NUTS II e porto, 2011¹⁰

A frota nacional é composta, predominantemente, por embarcações de pequeno porte (cerca de 91% com comprimento de fora a fora inferior a 12 metros) que na zona mais costeira e, normalmente, até às 6 milhas.

Em 2012, a distribuição do número de artes licenciadas, por classes de comprimentos das embarcações, revelou que 84% das licenças foram emitidas para embarcações com comprimento inferior a 10 metros que operam principalmente com artes fixas (redes, anzol e armadilhas).

Relativamente à estrutura etária dos trabalhadores ao serviço, verifica-se que os grupos etários dos 45-54 anos, com 33,2%, e o grupo dos 35-44 anos, com 26,6%, foram os mais representados em 2011, correspondem a cerca de 60% do total de trabalhadores empregados. Verifica-se que a idade média desta população tem algumas variações a nível regional Contudo, esta é sempre superior à idade média da população empregada em Portugal encontrada através do Censos 2011, que era de 40,8 anos (quadro 4).

¹⁰ INE, I.P. e Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território - Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Estatísticas da Pesca.

Portos	População residente e empregada na pesca	Classes de idade						Idade média
		15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	65 ou mais anos	
Portugal	13.156	858	2.126	3.503	4.365	2.022	282	43,6
Continente	10.802	543	1.583	2.827	3.774	1.806	269	44,6
Norte	3.315	213	487	949	1.165	467	34	43,3
Centro	3.204	173	532	848	1.165	431	55	43,6
Lisboa	1.803	77	269	449	571	359	78	45,7
Alentejo	438	12	51	93	172	90	20	47,3
Algarve	2.042	68	244	488	701	459	82	46,8

Quadro 4: População residente e empregada na pesca, por classes de idades, por NUT II, em 2011¹¹

A população empregada na pesca possui, em geral, um nível baixo de escolaridade. A maioria, cerca de 77%, não tem o 9º ano completo (quadro 5), e cerca de 8,5 não apresenta qualquer nível de escolaridade (INE, 2011).

Portos	População residente e empregada	Nível de ensino						
		Nenhum	Ensino Básico			Ensino Secundário	Ensino Pós secundário	Ensino Superior
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo			
Portugal	13.156	1.123	5.435	3.640	1.964	657	45	292
Continente	10.802	702	4.368	3.081	1.733	605	43	270
Norte	3.315	177	1.436	1.074	448	128	10	42
Centro	3.204	146	1.142	994	604	205	14	99
Lisboa	1.803	165	673	438	306	136	13	72
Alentejo	438	37	229	91	49	19	2	11
Algarve	2.042	177	888	484	326	117	4	46

Quadro 5: População residente e empregada na pesca por nível de ensino, por NUT II, em 2011¹²

¹¹ INE, *Estatísticas da Pesca*, 2013

¹² INE, *Estatísticas da Pesca*, 2013

1.2. Os recursos humanos

Em qualquer organização empresarial, os recursos humanos assumem atualmente uma importância qualitativamente diferente daquela que caracterizou o modelo da sociedade industrial. Deles já não se exige apenas prestações no domínio da eficiência de execução de tarefas pré-determinadas, nas quais o trabalho é considerado como um custo. Sobretudo, espera-se a compreensão dos processos desenvolvidos, dos objetivos e prioridades, bem como a identificação daqueles com a empresa, para que o trabalho seja entendido como um valor.

Nesta perspetiva abrangente, os recursos humanos constituem o verdadeiro elemento diferenciador das organizações empresariais, assumindo-se como eixo fundamental numa gestão estratégica, cujo desenvolvimento arrasta consigo uma alteração profunda dos gestos profissionais face aos novos equipamentos e aos novos processos de trabalho.

Tal mudança pressupõe uma nova organização do trabalho sustentada numa estratégia de gestão de recursos humanos que passe pela valorização contínua da formação profissional, pelo reenquadramento dos profissionais, pela redefinição de perfis profissionais e pela dinamização de formas de informação, de participação e de motivação dos trabalhadores.

Reconhece-se, assim, a importância do desenvolvimento de estratégias que, além de garantirem níveis crescentes de segurança, saúde e bem-estar no trabalho, estimulem a criatividade, a motivação e a valorização dos saberes individuais de todos os profissionais.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar (FOR-MAR) e publicados pelo INE nas *Estatísticas da Pesca 2012*, a formação nas áreas de segurança no trabalho, segurança marítima e primeiros socorros decorreram no ano de 2012 alcançando 317 marítimos (quadro 6). Estes valores correspondem a 2,9% da população residente e empregada na pesca no território continental.

Contudo, os números apresentados podem estar subestimados uma vez que os cursos de Ajudante de maquinista, Arrais de pesca, Arrais de pesca local, Marinheiro de 2ª classe, Marinheiro de 2ª classe do tráfego local, Marinheiro pescador e Pescador contemplam nos seus planos curriculares formação em segurança marítima.

Curso / Ano		Cursos	Inscritos	Aprovados	Transita para 2012	Taxa de sucesso	Observações (a)	
		Nº				%		
2011		217	3.457	2.917	208	84		
2012		202	3.744	2.951	402	79		
Área	Segurança no Trabalho, Marítima e Primeiros Socorros	Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	1	18	18	0	100	4
		Curso Básico de Prevenção e Combate a Incêndios	2	13	13	0	100	4
		Primeiros Socorros – Técnicas Básicas	1	18	16	0	89	4
		Segurança e Sobrevivência no Mar	1	19	19	0	100	4
		Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações	14	263	251	0	95	4
	Serviços de Transporte – Referencial Marinheiro/Maquinista	Ajudante de Maquinista	11	206	168	0	82	4
		Arrais de Pesca	1	15	7	0	47	3
		Arrais de Pesca Local	13	218	189	0	87	3
		Contramestre Pescador	1	19	19	0	100	4
		Maquinista Prático de 1ª Classe	1	11	11	0	100	3
		Maquinista Prático de 2ª Classe	2	36	13	19	36	4
		Marinheiro de 2ª Classe	12	232	139	79	60	4
		Marinheiro de 2ª Classe de Tráfego Local	16	337	248	43	74	4
		Marinheiro Pescador	1	13	9	0	69	4
		Mestre Costeiro	1	13	13	0	100	4
		Mestre Largo Pescador	2	31	13	18	42	4
		Mestre de Tráfego Local	1	17	12	0	71	4
		Pescador	59	1.283	971	195	76	4

Quadro 6 – Movimento escolar, no Continente no âmbito do FOR-MAR, em 2012¹³

a) 3 – Preparação para exame; 4 – Formação modular certificada.

Neste contexto, a prevenção dos riscos profissionais representa uma oportunidade no desenvolvimento da organização do trabalho, da motivação e do envolvimento dos profissionais, potenciadora da melhoria das condições de trabalho e de vida, da produtividade, da melhoria da organização da empresa, da qualidade dos processos de trabalho e de fabrico, das relações sociais e da cultura e imagem interna e externa da empresa.

¹³ INE, *Estatísticas da Pesca*, 2013, FOR-MAR

1.3. Os riscos profissionais

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho no sector da pesca tem muitas características que o diferenciam dos outros sectores.

No sector da pesca é frequente a precariedade nas relações laborais e a prática de horários de trabalho atípicos que assumem um impacto fortemente negativo nas condições da segurança e saúde no trabalho.

Analisando-se a informação constante nas Estatísticas da Pesca – 2012, pode verificar-se que a maioria dos acidentes de trabalho no sector da pesca, estão relacionados com a atividade da faina (quadro 7). Também se verifica que a maioria das vítimas de acidentes mortais está associada ao naufrágio.

Anos	Total			Faina de pesca			Naufrágio			Outras causas		
	Mortos	Feridos	Dias de trabalho perdidos	Mortos	Feridos	Dias de trabalho perdidos	Mortos	Feridos	Dias de trabalho perdidos	Mortos	Feridos	Dias de trabalho perdidos
2001	4	1.487	25.294	2	1.365	22.794	1			1	122	2.500
2002	5	1.618	28.903	4	1.457	25.898	1				161	3.005
2003	4	1.771	44.111	1	1.735	42.881	1			2	36	1.230
2004	12	1.402	40.674	3	1.385	40.086	8			1	17	588
2005	3	1.359	24.556		1.335	24.169	2	3	71	1	21	316
2006	6	1.365	26.950	3	1.342	26.500	2	0	0	1	23	450
2007	6	1.246	23.014	4	1.222	22.634	1	2	28	1	22	352
2008	3	1.199	22.615	0	1.191	22.488	3	0	0	0	8	127
2009	4	1.164	26.125	1	1.114	25.041	2	1	25	1	49	1.059
2010	17	1.091	27.602	0	1.026	26.147	12	0	0	5	65	1.455
2011	10	1.377	39.146	1	1.278	36.605	8	0	0	1	99	2.541
2012	1	1.088	36.576	1	1.022	33.738	0	4	226	0	62	2.612

Quadro 7 – Vítimas de acidentes no trabalho e dias de incapacidade, no sector da pesca, segundo as causas¹⁴

Segundo os dados publicados pelo GEP/MSSS, a taxa de incidência de acidentes no sector da pesca é superior ao total relativo à população empregada em cada ano (quadro 8).

¹⁴ INE, *Estatísticas da Pesca*, 2012, Quintino (2013)

Anos	Total				Pesca				Taxa de incidência por 100.000	
	Total n.º Acidentes	Acidentes mortais	Dias de trabalho perdidos	População exposta ao risco	Total n.º Acidentes	Acidentes mortais	Dias de trabalho perdidos	População exposta ao risco	Total	Pesca
2000	234.192	368	6.483.382	4.330.500	1.928	8	52.918	23.580	5.416	8.176
2001	244.936	365	7.738.981	4.397.600	1.221	6	32.508	23.580	5.578	5.178
2002	248.097	357	7.624.893	4.490.200	2.044	6	55.548	21.554	5.533	9.483
2003	237.222	312	6.304.316	4.458.900	2.045	3	42.879	20.457	5.327	9.997
2004	234.109	306	6.730.952	4.484.400	2.352	12	66.009	21.345	5.227	11.019
2005	228.884	300	6.811.505	4.460.200	1.857	7	51.256	19.777	5.138	9.390
2006	237.392	253	7.082.066	4.486.500	1.831	15	58.038	17.261	5.297	10.608
2007	237.409	276	7.068.416	4.536.000	1.450	6	44.357	17.021	5.240	8.519
2008	240.018	231	7.156.003	4.512.200	1.358	7	40.737	16.854	5.324	8.057
2009	217.393	217	6.643.227	4.361.800	1.632	5	54.511	17.415	4.989	9.371
2010	215.424	208	6.088.165	4.296.500	1.227	13	48.398	16.920	5.019	7.252
2011				4.056.000						

Quadro 8 – Indicadores de incidência dos acidentes de trabalho para a população empregada no sector da pesca¹⁵

As causas dos riscos profissionais da atividade da pesca e relacionados com tarefas e locais dentro das embarcações encontram-se identificados em diversos estudos, com a identificação do perigo e medidas preventivas a que estes correspondem.

2. Enquadramento

A ACT, enquanto organismo responsável pelo controlo e pela promoção do cumprimento da legislação em matérias de relações laborais e de segurança e saúde no trabalho, ocupa um lugar central na dinamização das entidades públicas e privadas que integram o sistema e a rede nacional de prevenção de riscos profissionais¹⁶ e por isso tem levado a cabo, um conjunto de iniciativas conducentes ao pleno desenvolvimento do seu papel na regulação das condições de trabalho.

De acordo com a Estratégia 2013-2015 da ACT, publicada em Junho de 2013,¹⁷ a sua atuação tem em consideração os referenciais estratégicos de nível internacional e nacional em vigor.

¹⁵ GEP/MSSS, *Acidentes de Trabalho* fidé Quintino (2013)

¹⁶ Cf. Artigos 6º, 7º e 8º da Lei nº 102/2009, de 10 de setembro.

¹⁷ Disponível em <http://www.act.gov.pt/pt-PT/SobreACT/DocumentosOrientadores/PlanoActividades/Documents/Estrategia%202013-2015.pdf>

Para tanto é relevante o referencial da OIT – Organização Internacional do Trabalho sobre “*Políticas e Estratégias para 2010-2015*”¹⁸, que serve de base ao atual plano de ação da OIT para o período de 2010-2016¹⁹ e que tem por objetivo melhorar a situação da segurança e saúde do trabalho em todo o mundo, incentivando os responsáveis para a tomada de decisões e elaboração e aplicação de políticas e programas de ação nacionais que visam introduzir melhorias no sistema nacional de saúde e segurança do trabalho, por forma a alcançar o maior grau de efetividade das normas internacionais aplicáveis produzidas pela OIT.

A Convenção n.º 188, Trabalho na Pesca, da OIT datada de 14 de Junho de 2007, em Genebra²⁰, reconhece a Pesca como uma profissão perigosa, quando comparada com outras profissões ficando alerta para a necessidade de proteger e promover os direitos dos pescadores no que respeita a estas matérias.²¹

2.1. A perspetiva da prevenção dos riscos profissionais

De acordo com a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho – 2008/2012, a prevenção dos riscos profissionais pretendeu alcançar o objetivo global de redução constante e consolidada dos índices de sinistralidade laboral e de melhor de forma progressiva e continuada os níveis de saúde e bem-estar no trabalho.

A atual abordagem da prevenção de riscos convoca a segurança e saúde nos locais de trabalho para o domínio da gestão global das empresas. Prevenir é integrar a abordagem preventiva nos demais domínios de intervenção da empresa e visa, em primeira linha, eliminar os riscos profissionais.

Esta abordagem caracteriza-se essencialmente por:

- afirmar que a prevenção deve ter em conta a evolução das tecnologias e ser desenvolvida segundo os princípios gerais de prevenção;
- incidir sobre as concretas atividades de trabalho e de produção;
- valorizar a participação dos trabalhadores;
- atender a todos os fatores de risco e à interação dos riscos entre si;
- prever a intervenção na fase de conceção e na organização do trabalho;

¹⁸ Adotado pelo Conselho de Administração da OIT na sua 304.ª sessão, em março de 2009.

¹⁹ Adotado pelo Conselho de Administração da OIT na sua 307.ª sessão, em março de 2010

²⁰ Ainda não ratificada em Portugal.

²¹ Quintino, I. (2013). *Acidentes de trabalho na atividade pesqueira: avaliação por segmento de pesca em 3 comunidades do continente*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

- e, dadas as características enunciadas, basear-se em processos de melhoria contínua.

Coloca-se, assim, em destaque a necessidade de os armadores desenvolverem capacidades de gestão, de forma a integrar a prevenção dos riscos profissionais como forma de o armador/mestre reunir, organizar e rentabilizar um conjunto de meios e de processos suficientes e adequados à promoção de níveis, cada vez mais elevados, de segurança, saúde e bem-estar no trabalho da pesca.

Neste modelo de gestão, a participação dos trabalhadores, enquanto atores da prevenção, assume uma dimensão essencial, não só quanto ao envolvimento nos domínios da informação e da formação, mas fundamentalmente no campo da consulta e da cooperação nas atividades da prevenção.

A função da prevenção dos riscos profissionais emerge, assim, como dimensão estratégica da gestão empresarial.

No mesmo sentido, a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Segurança e a Saúde dos Trabalhadores,²² a respetiva Recomendação n.º 164, ambas de 1981 e o Protocolo de 2002²³, bem como a Convenção n.º 161 e Recomendação n.º 171, ambas de 1985, sobre os Serviços de Saúde Ocupacional, puseram em evidência a relação entre o homem e o trabalho, materializada na abordagem das questões suscitadas pela organização do trabalho, no desenvolvimento da ergonomia no trabalho, no incremento de novas e melhores relações sociais e no desenvolvimento de sistemas de gestão da prevenção dos riscos profissionais.

2.2. O diálogo social, a concertação estratégica e a rede de prevenção dos riscos profissionais

Um dos vetores essenciais para o desenvolvimento das políticas de Segurança e Saúde no Trabalho, segundo a Convenção nº 155 da OIT e o respetivo Protocolo de 2002, consiste na implementação de sistemas de prevenção dos riscos profissionais que permitam criar redes coordenadas e mobilizadoras dos diferentes agentes a envolver.

A OIT, neste âmbito, faz apelo a duas metodologias fundamentais:

- as políticas de segurança e saúde do trabalho devem ser concertadas entre os Governos os Governos e os Parceiros Sociais;

²² Ratificada pelo Decreto do Governo nº 1/85, de 16 de janeiro.

²³ Ratificado pelo Decreto do Presidente da República nº 104/2010, de 25 de outubro.

- as ações de prevenção de riscos profissionais devem ser partilhadas entre os Governos, os Parceiros Sociais e demais organizações sociais.

Por seu turno, a “*Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2008-2012*”²⁴ definiu, no domínio das políticas públicas de segurança e saúde no trabalho, o objetivo estratégico de “*Desenvolver e consolidar uma cultura de prevenção entendida e assimilada pela sociedade*”.

Para tanto, estabeleceu diversos eixos prioritários de ação, entre os quais se destacam:

- Aperfeiçoar os sistemas de informação no domínio da segurança e saúde no trabalho;
- Dinamizar o Sistema Nacional de Prevenção de Riscos Profissionais;
- Aprofundar o papel dos parceiros sociais e implicar empregadores e trabalhadores na melhoria das condições de trabalho nas empresas.

Com estas ações de sensibilização, procura-se a integração do pensamento relativo à prevenção de riscos profissionais no quotidiano dos cidadãos, visando motivar para a importância de um melhor e mais eficaz cumprimento das normas legais sobre segurança e saúde, através da identificação das diferentes responsabilidades neste domínio.

Estas campanhas de dinamização dos atores sociais devem envolver ativamente as associações representativas de empregadores e trabalhadores, podem integrar-se em objetivos mais vastos e assumir geometrias variáveis: visarem setores de atividade, serem direcionadas a alvos específicos, a segmentos empresariais particulares, a pequenas e microempresas, a determinados tipos de trabalhadores por conta de outrem ou autónomos.

Corporizando este pensamento estratégico, a ACT – enquanto “*instrumento*” disponibilizado pelo Estado para estimular parcerias na Sociedade, com vista ao desenvolvimento das relações e das condições de trabalho - implementou uma metodologia de abordagem setorial que tem permitido identificar e desenvolver estratégias de integração da Prevenção dos Riscos Profissionais num quadro de modernização das organizações produtivas.

No âmbito das condições de trabalho, esta metodologia, além de estimular o diálogo social, contribui para a integração da prevenção dos riscos profissionais na gestão empresarial e nos seus processos de produção.

²⁴ Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 59/2008.

3. A campanha para a melhoria das condições de trabalho na pesca

3.1. A oportunidade da iniciativa

A prevenção de riscos profissionais é um eixo fundamental da missão da ACT e determina níveis de intervenção novos, variados, complexos e exigentes, através dos quais se torna possível estabelecer medidas organizativas do trabalho de acordo com princípios e metodologias de segurança e saúde.

As especificidades do setor da pesca, reconhecem-se nalguns aspetos nomeadamente:

- Ser um setor de atividade cujas relações de trabalho só recentemente se situam com referencial legal comum à demais população ativa;
- Haver uma dispersão da atividade representativa dos empregadores;
- Por haver insuficiente tradição consolidada de intervenção da administração do trabalho.

Tais circunstâncias impõem à ACT programar uma intervenção sistematizada no setor, dada a sinistralidade laboral e as doenças profissionais que evidencia e a necessidade de regular o âmbito das relações laborais.

Atenta a toda esta problemática a ACT, incluiu no seu plano de atividades para 2014 um projeto a desenvolver a nível nacional intitulado P.15 "*Campanha de intervenção no meio aquático nas pescas e marinha de comércio*" com estas finalidades.

A atividade produtiva desenvolve-se em local de trabalho longe de terra firme com exposição dos trabalhadores a fatores ambientais, balanços dos postos de trabalhos, a trabalho em espaços confinados, a ruídos e vibrações, e a uma ampla gama de variações climáticas e culturais, como por exemplo a privação do convívio familiar. E mesmo em momentos de descanso o trabalhador está alerta para agir em eventuais emergências e imprevistos na embarcação. Acresce ser frequente a precariedade na relação laboral e a prática de horários de trabalho atípicos que assumem um impacto fortemente negativo nas condições de segurança e de saúde no trabalho.

Este programa de ação pretende ser convergente e contribuir para os objetivos apontados pela Comissão de Acompanhamento da Segurança dos Homens no Mar, nomeadamente no âmbito da prevenção e segurança das atividades da pesca no mar.

Em síntese, este programa visa enquadrar e dinamizar as medidas de política de prevenção de riscos profissionais no setor projetando uma Campanha para Melhoria das Condições de Trabalho no setor da pesca, consubstanciada numa abordagem integrada de vários eixos de intervenção – uma campanha de informação/sensibilização, formação e divulgação, bem como de intervenção inspetiva – e abrangente, com vista à melhoria das condições do trabalho no setor, que seja capaz de:

- a) Envolver os seus atores principais (os parceiros sociais do setor) como dinamizadores da mudança;
- b) Promover a melhoria das condições de trabalho, pelo incremento da regularização das relações de trabalho;
- c) Contribuir para a redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais designadamente, pela introdução da prevenção dos riscos profissionais nas tarefas;
- d) Melhorar a opinião pública em relação ao trabalho no setor.

3.2. Objetivos da campanha

Esta Campanha, inserida no “*Plano de Atividades da Autoridade para as Condições do Trabalho*” de 2014, tem como **objetivo estratégico** a promoção da melhoria das condições do trabalho no setor da pesca.

Este Objetivo estratégico consubstancia-se nos seguintes **objetivos operacionais**:

- a) Combater (eliminar/reduzir/controlar) os riscos centrais para a segurança e saúde dos trabalhadores do setor da pesca com vista à redução da sinistralidade laboral e da incidência de doenças profissionais, a saber:
 - i. Os riscos de quedas ao mesmo nível a níveis diferentes, cortes choques e pancadas;
 - ii. Os riscos ergonómicos resultantes do trabalho com posturas incorretas e da movimentação manual de cargas;
 - iii. Os riscos mecânicos associados ao uso de máquinas e equipamentos;
 - iv. Os riscos físicos (ruído e vibrações) associados à utilização de equipamentos de trabalho;

- v. Os riscos psicossociais relacionados com as interações sociais negativas que o trabalho e a sua organização podem encerrar.
- b) Reforçar o nível de cumprimento das prescrições legais relativas quer a relações laborais, quer à segurança e saúde no trabalho;
- c) Promover o reforço da capacidade de intervenção dos parceiros sociais e institucionais do setor contribuindo para a melhoria dos níveis de bem-estar no trabalho;
- d) Melhorar a capacidade de comunicação e de atuação da ACT e as competências dos seus profissionais.

3.3. Organização e desenvolvimento da campanha

3.3.1. Direção

A direção da Campanha é designada pelo Inspetor Geral da ACT, que será coadjuvada por um Grupo de Trabalho constituído por elementos da ACT.

3.3.2. Âmbito geográfico

As atividades da campanha desenvolvem-se em toda a orla marítima no continente - que corresponde à área de intervenção dos seguintes serviços desconcentrados da ACT, com portos de pesca abrangendo os serviços Locais da ACT em Faro, Portimão, Beja, Setúbal, Almada, Lisboa, Sintra, Torres Vedras, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Aveiro, Porto, Braga e Viana do Castelo.

3.3.3. Destinatários

A Campanha visa desenvolver formas de participação dos parceiros sociais do setor e de outras instituições nele especificamente envolvidas bem como desenvolver condições para o cumprimento das obrigações legais com vista à redução da sinistralidade laboral e das doenças profissionais e à regularização das relações de trabalho.

Pretende-se como foco fundamental da atividade dos parceiros a participação na disponibilização de informação e de instrumentos de prevenção tendo em vista, satisfazer as necessidades das micro e PME's que compõem a malha empresarial do setor.

3.3.4. Desenvolvimento

A Campanha estrutura-se em quatro eixos de atuação: (I) Informação, (II) Sensibilização, (III) Integração de boas práticas (IV) Intervenção inspetiva.

O envolvimento dos parceiros sociais setoriais será consubstanciado na assinatura de um protocolo com a ACT que evidenciará o seu compromisso com a Campanha e definirá as formas de participação no desenvolvimento da mesma e os mecanismos de acompanhamento, designadamente a constituição de uma comissão de acompanhamento com funções consultivas e de composição tripartida.

A promoção do eixo Intervenção inspetiva deve configurar-se de forma congruente com este contexto de forma a suscitar a intervenção das demais abordagens de sensibilização e de informação.

A intervenção inspetiva será adequada às características da frota e ao grau de motivação tendente a fazer aumentar a adesão ao cumprimento da lei.

O desenvolvimento da Campanha contemplará, de acordo com o cronograma que adiante se propõe, tarefas/iniciativas da responsabilidade de:

- a) Da ACT;
- b) Da ACT em parceria com outras entidades;
- c) De outras entidades (parceiros sociais e institucionais).

A atividade desenvolvida terá carácter diversificado, incluindo:

- Ações de divulgação;
- Ações de sensibilização e informação (Seminários, Conferências, reuniões produção de suportes de informação e outros);
- Ações de formação;
- Ação da ACT nos locais de trabalho.

A atividade desenvolvida será enquadrada no Programa de Ação descrito em anexo.

A sessão de lançamento da Campanha ocorrerá do ano de 2014 e o encerramento está previsto ocorrer no início do ano de 2015.

4. Cronograma das atividades

ATIVIDADES	MAR 2014	ABR 2014	MAI 2014	JUN 2014	JUL 2014	AGO 2014	SET 2014	OUT 2014	NOV 2014	DEZ 2014	JAN. 2015	FEV 2015
Formação de inspetores e técnicos superiores												
Promoção da campanha - divulgação interna: reuniões, intranet, ofícios divulgação na intranet, etc.												
Seminário de lançamento												
Dinamização/apoio a Seminários, <i>workshops</i> , ações de informação												
Realização de instrumentos de divulgação: cartazes, folhetos, wallpapers, etc												
Preparação de intervenção - criação de instrumentos de apoio à intervenção inspetiva												
Intervenção inspetiva												
Avaliação da campanha												
Seminário de encerramento												

5. Programa de ação

Subprograma	Designação	Indicador(es) de avaliação
Subprograma 1	Promoção da campanha	
Ação 1.1	Sessão de lançamento da campanha	N.º de participantes N.º entidades/empresas presentes
Ação 1.2	Sessão de encerramento da campanha	N.º de participantes N.º entidades/empresas presentes
Subprograma 2	Informação e divulgação	
Ação 2.1	Instrumentos de informação	N.º de instrumentos produzidos N.º de instrumentos distribuídos (formato papel) N.º de instrumentos descarregados (formato eletrónico)
Ação 2.2	Sensibilização dos atores	N.º de promotores N.º de ações/sessões N.º de participantes N.º de horas N.º de empresas conhecedoras dos instrumentos de divulgação produzidos
Ação 2.3	Sensibilização do meio escolar e profissional	N.º de promotores N.º de ações N.º de horas N.º de participantes
Subprograma 3	Formação	
Ação 3.1	Formação de funcionários da ACT	N.º de ações de formação N.º de horas ministradas N.º de participantes
Subprograma 4	Inspeção	
Ação 4.1	Verificação da integração de boas práticas	N.º de ações inspetivas N.º embarcações visitadas N.º de trabalhadores abrangidos

Anexo

Subprograma 1 - promoção da campanha**Ação 1.1 – sessão de lançamento da campanha**

OBJETIVOS

- Tornar pública a campanha
- Envolver os órgãos da comunicação social
- Despertar a opinião pública para a importância da prevenção de riscos profissionais e a regularidade das relações laborais no setor da pesca

CONTEÚDO

- Importância do envolvimento dos parceiros sociais e institucionais na campanha
- Importância da comunicação social na difusão da mensagem da segurança e saúde no trabalho no setor da pesca
- Especificidade e diversidade da atividade do setor
- Sinistralidade no setor
- Importância da prevenção dos riscos profissionais
- Importância da regularidade das relações laborais

DESTINATÁRIOS

- Opinião pública do setor
- Opinião pública em geral

ORGANIZAÇÕES A ENVOLVER

- Parceiros sociais e institucionais
- Órgãos da comunicação social

AÇÕES - INSTRUMENTOS – MEDIDAS

- Sessão pública
- Dossiê de imprensa

PROMOTORES

- ACT

ANO DE EXECUÇÃO

- 2014

Subprograma 1 - promoção da campanha

Ação 1.2 – sessão de encerramento da campanha

OBJETIVOS

- Tornar público o papel e contributo desenvolvidos pelos atores da campanha
- Avaliar os resultados da campanha
- Envolver os órgãos da comunicação social
- Despertar a opinião pública para a importância da prevenção de riscos profissionais na atividade da pesca

CONTEÚDO

- Importância do envolvimento dos parceiros sociais e institucionais na campanha
- Importância da comunicação social na difusão da mensagem da segurança e saúde no trabalho no setor da pesca
- Especificidade e diversidade da atividade do setor
- Sinistralidade no setor
- Propostas e condições de sucesso para as políticas preventivas nas pescas
- Importância da regularidade das relações laborais

DESTINATÁRIOS

- Opinião pública do setor
- Opinião pública em geral

ORGANIZAÇÕES A ENVOLVER

- Parceiros sociais e institucionais
- Órgãos da comunicação social

AÇÕES - INSTRUMENTOS – MEDIDAS

- Sessão pública
- Dossiê de imprensa

PROMOTORES

- ACT

ANO DE EXECUÇÃO

- 2015

Subprograma 2 - informação e divulgação

Ação 2.1 - instrumentos de informação e divulgação

OBJETIVOS

- Informar sobre os riscos inerentes às atividades da faina de pesca e suas condicionantes e divulgar os princípios e as técnicas de prevenção de riscos profissionais
- Divulgar as principais obrigações legais dos empregadores no âmbito das relações laborais
- Apoiar ações de sensibilização

CONTEÚDO

- Princípios e técnicas de prevenção de riscos profissionais, em particular os riscos ligados às máquinas e equipamentos (cortes, choques e pancadas), à movimentação manual de cargas e posturas, aos riscos físicos (ruído e vibrações), nos trabalhos de pesca à linha, com rede, com armadilhas, de arrasto e de cerco
- Divulgação das disposições legais relativas às relações laborais e à sua aplicação prática.

DESTINATÁRIOS

- Empresários e gestores
- Empresários em nome individual
- Trabalhadores
- Técnicos de SST
- Opinião pública em geral

AÇÕES - INSTRUMENTOS – MEDIDAS

- Produção de instrumentos diversos (desdobráveis, área da Campanha no sítio *online* da ACT, outras atividades promocionais) direcionadas às artes diferentes artes de pesca (linha, redes, armadilhas, arrasto, cerco)
- Dossiê de imprensa

PROMOTORES

- ACT
- Associações sindicais do setor
- Associações de empregadores do setor
- Associações que representem profissionais do setor
- Empresas prestadoras de serviços SST e suas associações
- Parceiros institucionais públicos com intervenção relevante na prevenção dos riscos profissionais no setor

NATUREZA DOS APOIOS

- Técnico-documental

ANO DE EXECUÇÃO

- 2014

Subprograma 2 - informação e divulgação

Ação 2.2 - sensibilização dos atores

OBJETIVOS

- Sensibilizar para a prevenção dos riscos profissionais na atividade da pesca
- Sensibilizar para combater o trabalho irregular nas suas várias modalidades e consequências.
- Proporcionar a troca de informações e de experiências
- Sensibilizar para a relação entre a prevenção dos riscos profissionais, a regularidade das relações de trabalho com a produtividade e a qualidade de vida

CONTEÚDO

- Especificidades e diversidades da atividade do setor
- Princípios e técnicas de prevenção de riscos profissionais, em particular os riscos ligados às máquinas e equipamentos (cortes, choques e pancadas) à movimentação manual de cargas, aos riscos físicos (ruído e vibrações) bem como os princípios e técnicas de prevenção de riscos profissionais.
- E ainda a divulgação das disposições legais relativas às relações laborais e à melhor maneira de as observar

DESTINATÁRIOS

- Trabalhadores
- Armadores
- Empresários
- Técnicos de SST

AÇÕES - INSTRUMENTOS – MEDIDAS

- Colóquios, seminários, conferências, reuniões, sessões de esclarecimento

PROMOTORES

- ACT
- Associações sindicais do setor
- Associações de empregadores do setor
- Comunidade técnica e científica
- Associações que representem profissionais do setor
- Empresas prestadoras de serviços SST e suas associações
- Parceiros institucionais públicos com intervenção relevante na prevenção dos riscos profissionais no setor

NATUREZA DOS APOIOS

- Técnico-documental

ANO DE EXECUÇÃO

- 2014

Subprograma 2 - informação e divulgação

Ação 2.3 - sensibilização do meio escolar e profissional

OBJETIVOS

- Sensibilizar e motivar alunos do ensino básico e professores do ensino profissional relacionado com pesca para a importância da prevenção dos riscos profissionais
- Sensibilizar e motivar alunos e professores das áreas com portos de pesca, para a importância da prevenção dos riscos profissionais no setor

CONTEÚDO

- Especificidade e diversidade da atividade
- Sinistralidade no setor: custos económicos e sociais
- Princípios e técnicas de prevenção de riscos profissionais, em particular os riscos ligados às máquinas e equipamentos (cortes, choques e pancadas) à movimentação manual de cargas, aos riscos físicos (ruído e vibrações) bem como os princípios e técnicas de prevenção de riscos profissionais
- Importância da prevenção associada à produtividade e à qualidade

DESTINATÁRIOS

- Alunos do ensino básico e de cursos de formação técnico profissional

AÇÕES - INSTRUMENTOS – MEDIDAS

- Colóquios, seminários, conferências, reuniões, sessões de esclarecimento

PROMOTORES

- ACT
- Estabelecimentos do ensino básico e de ensino técnico profissional relacionados com a pesca
- Escolas profissionais
- Escolas tecnológicas com intervenção no setor
- Centros de formação profissional setorial
- Ministério da Educação

NATUREZA DOS APOIOS

- Técnico-documental

ANO DE EXECUÇÃO

- 2014

Subprograma 3 - formação

Ação 3.1 - formação de funcionários da ACT

OBJETIVOS

- Desenvolver, dinamizar e sistematizar instrumentos e procedimentos que habilite os inspetores e técnicos de SST a intervir no setor prosseguindo a missão da ACT.
- Promover o desenvolvimento das competências técnicas no âmbito do setor das pescas, dotando os formandos de competências e instrumentos que permitam intervir, de modo sistematizado e permanente no setor.

CONTEÚDO

- Identificar e caracterizar o quadro jurídico vigente no setor das Pescas
- Descrever as características organizacionais da atividade da pesca, na perspetiva da prevenção de riscos.
- Caracterizar os locais de trabalho e equipamentos com o objetivo de identificar, caracterizar e hierarquizar os riscos tendo em conta as operações e sub-operações.
- Providenciar formação aos inspetores e técnicos em segurança nas operações no mar
- Adequação do gesto profissional na abordagem ao setor

DESTINATÁRIOS

- Inspetores da ACT e Técnicos superiores

AÇÕES - INSTRUMENTOS – MEDIDAS

- Ações de formação, módulos de formação e instrumentos pedagógicos

PROMOTORES

- ACT
- AMN /DGAM
- For-Mar

NATUREZA DOS APOIOS

- Técnico-documental

ANO DE EXECUÇÃO

- 2013/2014

Resumo

Este programa enquadrador é um instrumento de execução de políticas públicas de segurança e saúde no trabalho que visa fixar os objetivos e promover a intervenção dos atores sociais no setor das pescas, no domínio da prevenção dos riscos profissionais e das relações laborais com vista à melhoria das condições de trabalho nesse setor de atividade.

Résumé

Ce programme est un instrument de mise en œuvre des politiques publiques pour la sécurité et la santé au travail qui vise à établir des objectifs et à promouvoir une intervention des acteurs sociaux dans le secteur de la pêche dans le domaine de la prévention des risques professionnels et des relations du travail, en vue d'améliorer les conditions de travail dans ce secteur d'activité.

Abstract

This program is a tool for implementing public policies for health and safety at work that aims to establish the goals and promote the involvement of social actors of the fishing sector, in the area of occupational risk prevention and continuous improvement of working conditions in this activity sector.